

Para Sarney, Constituição é intocável

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney considera uma aberração a proposta apresentada pelo deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) autorizando a Constituinte a alterar, total ou parcialmente, a atual Constituição. Em conversa com parlamentares do PMDB e do PFL, Sarney insistiu na tese de que a Constituinte é livre e soberana para elaborar uma nova Carta, mas não a que ainda está em vigor. Ele manifestou sua restrição à iniciativa de Maurílio Ferreira, um dos "xitas" do PMDB, inclusive ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, fez questão de esclarecer ontem que a Assembleia Nacional Constituinte tem poderes apenas para interpretar a atual Constituição, mas não para reformar seu texto. Explicou ainda que essa interpretação pode ser feita pela Assembleia nos assuntos que dizem respeito ao seu próprio andamento. Como exemplo, Sepúlveda Pertence citou a questão de ordem sobre a legitimidade dos senadores eleitos em 1982, que não resultou em reforma do texto constitucional, sendo apenas mera interpretação.

O líder do PL na Câmara, deputado Alvaro Valle, protocolou ontem junto ao Supremo Tribunal Federal um pedido de interpretação para que seja definido se até a promulgação da nova Constituição devem ser observados os procedimentos vigentes na elaboração e reforma constitucional. Em resumo, ele quer que o Supremo defina os limites da soberania da Assembleia Nacional Constituinte. Até o início da noite, o presidente do STF, ministro Moreira Alves, não havia proferido nenhuma decisão sobre a questão. Só que, sobre esse tema, a Constituição é clara: representação sobre interpretação de texto constitucional é ação privativa do procurador-geral da República.

Também ontem, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, comunicou ao presidente Sarney que seu partido irá buscar o apoio de outras legendas, como PTB, PL e PDC, para evitar que seja votada pelo Congresso Nacional a proposta do deputado Maurílio Ferreira. Chiarelli frisou que o PFL pretende atuar para que o regime da Casa contenha normas que evitem que a Constituinte trate de assuntos que não sejam pertinentes à elaboração da futura Constituição. O senador gaúcho acredita que os parlamentares contrários à votação da proposta de Maurílio Ferreira representam a maioria esmagadora no Congresso e, portanto, a matéria será simplesmente esquecida.

Segundo Carlos Chiarelli, uma minoria ruidosa, com o pretexto de dar força à Constituinte, está na verdade obstruindo seus trabalhos. Como exemplo, ele citou a moção em favor da Constituinte exclusiva. De acordo com o senador do PFL, a emenda constitucional nº 28 tem que ser preservada e o Congresso Constituinte não pode agora querer legislar com atos de caráter institucional.

REAÇÕES

"Resolução constitucional é uma figura que simplesmente não existe, e não pode ser criada neste momento em matéria institucional", disse ontem o senador e jurista Afonso Arinos, ao comentar a proposta de Maurílio Ferreira para que a Constituinte tenha poder para determinar "resoluções constitucionais". Arinos observou que "no Congresso americano

existe tal figura, mas funciona apenas para iniciativas das duas Casas do Congresso, referentes a questões de cerimonial, portanto sem nenhuma importância política ou jurídica".

Para o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), "tem muito constituinte jogando para as arquibancadas". Ele ressaltou que "fomos eleitos com base na Constituição em vigor, e apesar de seus evidentes defeitos de caráter autoritário, terá que ser preservada, senão o País cairá no vazio institucional e o resultado serão crises perigosas".

"Nenhuma Constituinte foi soberana para fazer uma revolução constitucional", reagiu o presidente do PDS, Jarbas Passarinho. Ele ressaltou que os constituintes não podem emendar, em doses homeopáticas, a atual Constituição. E explicou que a Carta em vigor, "por simples projeto de resolução, pode pôr em recesso Câmara e Senado. Pode também fechar o Supremo e até implantar a monarquia".

Passarinho admitiu, porém, votar agora, através do Congresso, a emenda da restauração das prerrogativas do poder Legislativo, "para que não tenhamos os constituintes submetidos a qualquer tipo de ameaça. O Congresso se reuniria, em caráter extraordinário, para restabelecer as prerrogativas como as da Carta de 1946".

O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, afirmou que não concorda nem acredita na aceitação da proposta de Maurílio Ferreira, frisando que o País não pode prescindir do funcionamento da Câmara e do Senado para o debate da legislação ordinária e dos problemas do cotidiano. Da mesma forma pensa Hélio Duque (PMDB-PR), ao lembrar que os constituintes foram eleitos com base na emenda 26, que propôs a eleição de deputados e senadores para reunirem-se em regime unicameral na Assembleia Constituinte.

A proposta do deputado Maurílio Ferreira foi bem aceita pelos parlamentares da esquerda, mas, no geral, poucos acreditam que venha a progredir a ponto de ser aceita pela Constituinte, para Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), a adoção da medida resultaria simplesmente no estabelecimento de uma "ditadura da Constituinte, tão nociva quanto a ditadura dos militares".

Maurílio Ferreira disse ontem que sua proposta tem sido desvirtuada e que sua intenção é a de preservar a soberania da Constituinte e sua predominância sobre as Casas do Congresso. A tese tem o apoio do primeiro de seu autor, o também deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), para quem "a Constituinte pode dizer qual a ordem jurídica que vai vigorar a partir de sua instalação, até que a nova Carta entre em vigor". Ontem à noite, deputados do PDT, PT, PCB e do PC do B pretendiam cobrar uma posição sobre a proposta do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.



PF paulista quer os 6 anos só para Sarney

Quatro dos seis deputados da bancada paulista do PFL na Constituinte — Ricardo Izar, Fausto Rocha, Agripino Lima e Mendes Thame — procuraram ontem o presidente José Sarney para defenderem o direito de manutenção do mandato presidencial em seis anos, sem que seja alterado o texto constitucional em vigor, decorrente do pacote de abril de 1978. Os deputados liberais paulistas, contudo, entendem que o País tem "vocação" para períodos de governo curtos e, por isso, anunciaram que lutarão pela fixação de mandato presidencial em quatro anos, a constar das disposições transitórias da nova Carta, mas vigorando só para o sucessor de Sarney.

Segundo revelou Ricardo Izar, o presidente Sarney manteve-se discreto diante da manifestação de solidariedade, preferindo não dar sua opinião a respeito da duração do mandato, por entender que qualquer declaração sua nesse sentido poderia interferir no poder soberano da Constituinte. Os deputados aproveitaram a audiência para transmitirem sua preocupação com os rumos da economia, sobretudo a presença do Estado no setor.

No PMDB, são vários os constituintes que acreditam que a fixação do mandato presidencial sofrerá influência da crise econômica e do desempenho político e administrativo do governo durante o funcionamento da Constituinte. Entre os que creem nessa hipótese estão os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.

REDUÇÃO PARA TODOS

Quanto à transitoriedade do mandato de Sarney, questão levantada pelo líder do PT, Luiz Inácio da Silva, o Lula, foi contestada por Hélio Duque (PMDB-PR) e Guilherme Afif Domingos (PL-SP). "O mandato do presidente Sarney é tão transitório

quanto o nosso, de deputados e senadores. O mandato presidencial pode ser reduzido, se é verdade que a Constituinte pode tudo. Mas, por esse mesmo princípio, o dos parlamentares também pode. Afinal, fomos eleitos com base na Constituição vigente e para sermos deputados e senadores, não exclusivamente constituintes" — comentou Hélio Duque, observando que não existe Assembleia Nacional Constituinte, mas um Congresso Constituinte, cuja legislação, a 48ª, poderia ser de apenas um ou dois anos, o suficiente para que fosse elaborada a nova Carta.

Afif concorda e acentua que os políticos tradicionais não estão acostumados a pensar em termos de lucidez e isenção, pois muitas vezes ficam limitados por motivos pessoais e partidários. "Nosso mandato está fixado em quatro anos — argumentou — e o do presidente em seis. Mas, se a Constituinte pode absolutamente tudo, como desejam certas correntes do PMDB, pode também reduzir nosso mandato. E nós, parlamentares, teríamos de aceitar isso com a mesma grandeza com que, supomos, Sarney receberia tal medida".

Para o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), qualquer redução do período de mandato presidencial fixado na atual Constituição seria um "golpe". Já o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) acha que a Constituinte deve ser respeitada e entende que seis anos é um prazo razoável para se fazer uma obra administrativa e política. No caso de Sarney, notou, seus dois anos de governo até agora foram consumidos pela emoção da morte de Tancredo Neves, pelas eleições municipais e a Constituinte. O líder do PMDB no Senado, Alfredo Campos, está de acordo, mas alerta que o governo deve manter bom desempenho político, econômico e administrativo.



PFL paulista é a favor de mandato de 4 anos, mas defende 6 para o mandato de Sarney

Juristas exigem imprensa livre

AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte não pode ser secreta e sua legitimidade ficará ameaçada se for aprovado projeto destinado a estabelecer normas preliminares para a Constituinte que prevê a proibição da presença dos jornalistas em plenário, segundo afirmaram ontem no Rio os juristas Miguel Reale Júnior e Antônio Evaristo de Moraes Filho e o presidente da ABI — Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho.

Reale Júnior foi um dos principais responsáveis pela aprovação da proposta para que a imprensa tivesse liberdade plena durante os trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, impedindo, assim, que a proposta do presidente da comissão, Afonso Arinos, hoje senador pelo PFL do Rio de Janeiro, fosse acolhida e os jornalistas não tivessem acesso às reuniões.

O professor Reale Júnior levantou, inclusive, uma questão: como um plebiscito para a consulta popular sobre o texto a ser elaborado pelos constituintes teria legitimidade sem uma cobertura livre da imprensa? Ele destacou que a ideia de ser feito um plebiscito ganha força entre os constituintes. E, se for consumada, ele terá "de ser autêntico, não poderá ser, então, dirigido ou manipulado como foi o realizado durante o governo João Goulart, para a con-

sulta sobre parlamentarismo, que o presidente da República pretendia ver revogado".

A cobertura dos trabalhos da comissão provisória de estudos constitucionais foi, de acordo com Reale Júnior, "de muito bom nível, e contribuiu, na medida em que mostrou as divergências entre os membros da comissão, e com as críticas, para que a própria comissão tivesse uma visão crítica maior, que acabou por beneficiá-la".

"Os trabalhos da Constituinte só ganham com uma participação direta da imprensa" — disse o professor, que admitiu só poder compreender preocupações com a presença dos jornalistas no plenário da Constituinte por razões relacionadas com o espaço físico, mas que, mesmo assim, não podem impedir a cobertura jornalística.

O jurista ressaltou, entretanto, a posição favorável do presidente da Constituinte e da Câmara, Ulysses Guimarães, a uma ampla cobertura da imprensa dos trabalhos destinados à elaboração da nova Constituição brasileira.

Outro jurista, Evaristo de Moraes Filho, depois de dizer que a Constituinte não pode ser secreta, afirmou que não se pode impedir a cobertura jornalística no plenário, pois "só seria, talvez, cabível discutir a presença de jornalistas em uma reunião técnica dos constituintes,

mas o mal democrático é que ela seja assegurada".

"A legitimidade dos trabalhos dos constituintes está diretamente relacionada com a credibilidade e a legitimidade. Eles estão confusos. Debocharam muito de nós, da comissão chamada dos 'notáveis'. Mas nós permitimos a presença dos jornalistas até em reuniões de comitês. Não houve reuniões secretas" — frisou Evaristo de Moraes Filho, que tal como Reale Júnior, não apoiou uma proposta aprovada pela comissão: a que previa o estabelecimento de censura à imprensa durante os períodos de "estado de alarme" (novo nome que a comissão deu ao "estado de emergência" do regime militar) e "estado de sítio".

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, disse, ao falar da importância da cobertura livre dos jornalistas durante os trabalhos da Constituinte, que "trabalho no escuro será perigoso".

O presidente da ABI condenou qualquer restrição à liberdade da imprensa na Constituinte, e observou que "a publicidade que a imprensa fará dos trabalhos será o grande instrumento de credibilidade da própria Constituinte". E lembrou que para a elaboração da Constituição dos Estados Unidos é que houve sessões secretas, "mas isso aconteceu no século XVIII".

Os juristas que falaram ontem sobre as primeiras conspirações contra o trabalho da imprensa na Constituinte ressaltaram que vale uma pergunta: a quem interessa tal proposta?

"Fato Concreto"

Para o ex-ministro Delfim Netto, a censura à imprensa não é apenas uma ameaça na Assembleia Nacional Constituinte, mas um fato concreto, e vem sendo largamente praticada com todo o rigor pelo governo. Delfim disse, em Brasília, que o governo da Nova República — expressão que ele pronuncia sempre com uma ponta de ironia — se tem valido de todos os subterfúgios para que os jornais divulguem somente o que lhe é favorável. E o poder sendo exercido em toda a sua plenitude, declarou.

Segundo Delfim, no Brasil estamos vivendo uma espécie de "Estado Novo" moderno. A diferença entre os dois é que o moderno tem muita maquiagem, mas o governo joga duro com a imprensa para fazer valer suas posições. Com o poder econômico que o Estado tem, notou, isso não fica muito difícil na maioria dos casos. E exemplificou com ele mesmo: por determinação do Palácio do Planalto, o programa semanal de análise econômica que mantinha na TV Bandeirantes foi tirado do ar. "Foi um dos 'favores' que a empresa teve de fazer ao governo para ter um canal em Brasília" — revelou.

ANJ quer garantir liberdade de expressão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A principal preocupação da Associação Nacional de Jornais (ANJ) para este ano é que a Assembleia Nacional Constituinte por fim estabeleça a liberdade de expressão, revogando a legislação excepcional, como a Lei de Imprensa, e ainda a legislação eleitoral. Foi o próprio presidente da entidade, José Antônio do Nascimento Brito, que deu essa informação e também revelou que a defesa do princípio de liberdade de expressão se baseia em que essa legislação não se justifica numa sociedade democrática.

Nascimento Brito se diz satisfeito com a mobilização dos jornais brasileiros em relação à Assembleia Nacional Constituinte e compara essa situação à do início de 1986, quando a imprensa teve um papel fundamental na divulgação

das mudanças econômicas para o entendimento do público. O jornalista observa que a defesa da liberdade de expressão, a ser feita perante os constituintes, é a principal razão de ser de uma entidade como a ANJ.

Aliás essa é a posição adotada pela entidade desde sua fundação, e reforçada em 1986 em várias oportunidades como a que reuniu em Salvador a Sociedade Interamericana de Imprensa (SII), com a presença do presidente José Sarney. Nascimento Brito recordou a declaração do presidente, na época, valorizando o papel dos meios de comunicação na busca da liberdade.

Na sua opinião, 1986 e 1987 estão interligados por esse dogma — liberdade de expressão. "Num ano, porque se avançou significativamente nesse sentido; no outro, porque se buscará consagrar esse princípio na Constituição

nacional, em elaboração pelos deputados e senadores constituintes."

ARMADILHAS
O presidente da ANJ aponta dois obstáculos ao objetivo da imprensa, que devem ser revogados: um é a legislação eleitoral vigente; outro, a Lei de Imprensa. A primeira, Nascimento Brito classifica de "brincadeira" e de "armadilha contra os próprios políticos, como ficou comprovado na campanha do ano passado". No segundo caso, o argumento da ANJ pela revogação da Lei de Imprensa é de que não se justificam normas de exceção numa sociedade democrática.

"Acho grave que o País, nos últimos 30 anos, não tenha votado com a mesma legislação em todas as eleições realizadas" — afirma o empresário, para quem a lei eleitoral deve prever "liberdade total, permitindo que quem quiser anunciar, como quiser, onde quiser". Já a Lei de Imprensa "não

deve existir, simplesmente. O que se deve usar é a legislação ordinária, a legislação penal".

Por outro lado, Nascimento Brito considera bom o relacionamento da imprensa com o governo, mas não chega a ser "excepcional porque os jornais têm a obrigação de ser críticos, e ninguém gosta de crítica". O jornalista frisou, contudo, que a ANJ tem sido tratada com respeito em todos os níveis de administração, federal, estadual e municipal.

Recentemente, a ANJ negociou com o governo federal a volta das regras de mercado para disciplinar a comercialização dos jornais. O resultado dos entendimentos foi a liberação dos preços de capa e publicidade, a partir de ontem. "Isto tira das empresas jornalísticas a ameaça que as rondava, de sobrevivência, e de limitações à liberdade de imprensa."

Veto à fonte, idéia de repórter-astrólogo

CARLOS CHAGAS

Se for para o governo não admitir mais que seus integrantes falem reservadamente com os jornalistas, em off, extinguindo o tradicional uso das fontes pela imprensa, melhor será transferir o gabinete de trabalho e a residência oficial do presidente José Sarney para o prédio da Papuda, próximo de Brasília. Porque, em todo o governo, é ele quem mais fala em off e é usado como fonte. Quase todos os dias Sarney lança mão dessa prática secular, como político experiente que é. Revela pontos de vista, muitos projetos e até, bissexatamente, anuncia de maneira informal mudanças de vulto na administração e na política. Apesar de dar entrevistas, ele também se utiliza da conversa amena, descontraída, onde as notícias vão surgindo de maneira natural ou plantada.

Não há um ministro, na Nova República, que não adote os mesmos métodos, inclusive os militares. Passam-se, no governo, fatos e atos que não cabe à autoridade revelar de público, mas de interesse nacional ou até pessoal. Eles se denominam informações, matéria-prima com que lidam os meios de comunicação.

A idéia de proibir o off e calar as fontes é de cidadão guindado recentemente a um dos múltiplos organismos de comunicação social do governo, misto de ex-repórter e astrólogo. Os votos gerais são para que jamais venha a se transformar num Lopes Rega caboclo.

Getúlio Bittencourt chegou a recém-criada Secretaria Especial de Comunicação Social da administração federal por via transversa. Impressionou o presidente Sarney por suas qualidades de traçar destinos individuais nos mapas celestes, havendo quem jure ter sido dele a previsão, por conta de conjunções astrais, de que Tancredo Neves não assumiria o governo. Diante da crise verificada em torno do antigo porta-voz do Palácio do Planalto, Fernan-

do César Mesquita, e precisando substituí-lo, o presidente optou pelo duplo profissional.

A história que se segue é verdadeira, e se for preciso, daremos o nome da fonte que a revelou. Não haveria grande modificação no esquema de comunicação social do governo, com a troca de Mesquita por Bittencourt. Sarney pediu ao novo auxiliar que elaborasse um projeto de divulgação das atividades oficiais e se preparasse para assumir a Secretaria de Imprensa e Divulgação. Ele estava pronto para fazer as vezes de porta-voz e, todos os dias, aparecer nos vídeos, microfones e páginas de jornal, falando em nome do presidente. Essa atividade, aliás, mesmo modesta, arrebatada com o ego de qualquer um. Antes de se transferir para Brasília, Getúlio ofereceu-se um banho de loja e passou por razoável reforma do visual. Foi quando se soube, nos corredores palacianos, que uma dessas gigantescas redes de televisão, através de um de seus diretores, fez saber que "no seu quadrado, o novo porta-voz não apareceria". Questões pessoais, idiossincrasias ou falta de simpatia, tanto faz, mas a verdade é que Sarney, ao receber Getúlio Bittencourt e seus planos, disse-lhe que precisavam mudar alguma coisa. Ele não seria mais porta-voz, senão um coordenador da política de comunicação social. Iria para a subchefia de comunicação e divulgação do Gabinete Civil, substituindo a Roberto Parreira e não mais a Fernando César Mesquita, cujo substituto temporário se tornaria efetivo, o jornalista Frota Netto.

A primeira reação de Bittencourt foi pedir tempo e dizer que, sendo assim, preferia não aceitar nada. O temperamento conciliador do presidente, dois dias depois, encontrou fórmula salamônica: criaria a Secretaria Especial de Comunicação Social da administração federal, diretamente subordinada a ele, paralela à Secretaria de Imprensa. Já com termos novos comprados, passagem para Brasília aviada e cabelos penta-

dos em novo estilo, o ex-jornalista acabou aceitando o que não era propriamente uma diminuição de cargo, mas, sem dúvida, um afastamento das tão ansiadas câmeras e luzes.

O resultado af está. Na primeira oportunidade que teve para vingarse da parte da imprensa que até inusitadamente o repeliu, ou repeliu sua imagem (a tal rede de televisão), Getúlio Bittencourt não perdeu tempo. Quis vingança de toda a imprensa. Sugeriu, ou, no mínimo, não reagiu à nova diretoria de comunicação social do Executivo, anunciada pelo ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil: "Não haverá mais fontes no governo. Ninguém está autorizado, daqui por diante, a falar em off".

Uma bobagem, porque Maciel é dos que mais utilizam o artifício e não cometerá a ingenuidade de ser o primeiro a bani-lo de seu relacionamento com os jornalistas. Nem qualquer outro ministro.

O off tem sua razão de ser e existe desde que existe imprensa. Serve para revelar acontecimentos passados à sombra da sociedade e dos meios de comunicação. É adotado para a revelação de propósitos. Perfeitamente ético e necessário, usa-se, para caracterizá-lo, o termo "fontes". "Fonte do governo informou isso, fonte da oposição informou aquilo." Durante os anos da ditadura recente, o off se viu maximizado e desmoralizado. Ninguém falava em seu próprio nome, todos tinham medo de aparecer e de desagradar os deuses de plantão, fosse por revelações, fosse pela mera manifestação de pensamento. Assim, chegou-se ao exagero de ver, em alguns jornais, até entrevistas coletivas dadas em off. Houve quem escrevesse que "importante político encontrou-se com importante general e falaram de assunto tão importante que não pode ser revelado". Uma deturpação, é óbvio. Mesmo assim, até aqueles tempos muita coisa veio a público por conta das fontes. A verdadeira guerra deflagrada em Brasília quando da demissão

do general Sylvio Frota do Ministério do Exército, por exemplo. Ninguém declarou nada, mas muita gente do governo se abriu e contou que a brigada paraquedista, no Rio, esteve a poucos minutos de voar para Brasília e descer na praça dos Três Poderes. No governo Figueiredo, soube-se graças a outra fonte, meses antes, da briga armada entre o general Golbery do Couto e Silva e o general Octávio Medeiros, cujo resultado foi a exoneração do primeiro, apesar de tantos desmentidos. Também através do off, na véspera da posse de Tancredo Neves na Presidência da República, colocamos de plantão na porta do Hospital de Base de Brasília um repórter e um fotógrafo de O Estado e do Jornal da Tarde. Alguns coisa nos havia sido transmitida por fonte especial. Da saída de Francisco Dornelles do Ministério da Fazenda até a próxima reforma parcial do Ministério, quanta coisa é publicada com base em fontes? Até, ainda ontem, a tentativa de união nacional a ser empreendida pelo presidente Sarney.

Lá fora, basta citar Watergate, que levou um presidente dos Estados Unidos à renúncia, ou lembrar como primeiro saíram nos jornais, agora, notícias sobre a venda de armas ao Irã e a aplicação do dinheiro na ajuda aos "contra" da Nicarágua.

Pois é contra isso, sem tirar nem pôr, que se insurge o novo coordenador de comunicação social do governo, numa atitude que faria a felicidade do porta-voz do Cremlin ou do secretário de imprensa do palácio presidencial em Assunção do Paraguai.

Não vai acontecer nada, as fontes do governo continuarão falando e as informações em off de altas ou baixas autoridades não deixarão de ser reproduzidas. Pode ser, até, que Getúlio Bittencourt venha a saber, por notícia em off ou confidência de alguma fonte, que o presidente da República prepara nova alteração no seu esquema de comunicação social...

DECLARAÇÃO À PRAÇA

Comunicamos a praça, que o título de cheques de nºs 443731 até 443750 - Série BJA, do Banco Bamerindus do Brasil S/A - Agência Gabriel Monteiro da Silva, destinados a HEXA Assessoria e Consultoria Empresarial S/C. Ltda., foi retirado do banco por pessoas estranhas a esta empresa. Comunicamos também que no dia 03/fevereiro/87 os cheques nºs 443733 de Cz\$ 30.000,00, nº 443734 de Cz\$ 59.300,00, nº 443735 de Cz\$ 43.700,00 e nº 443736 de Cz\$ 35.000,00, foram sacados na referida agência bancária com a falsificação de duas assinaturas dos sócios desta empresa. HEXA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/C. LTDA. C.G.C. 54.957.628/0001-10